

# **Região Agrícola Competitiva e Logística no Oeste Baiano: Uma análise sobre a AIBA - Associação de Agricultores e irrigantes da Bahia.**

Clayton Gomes Ilario<sup>1</sup>  
Universidade Estadual de Campinas  
clayton.ilario@ige.unicamp.br

## ***1 - RESUMO***

O trabalho tem como objetivo analisar a região agrícola do Oeste da Bahia, porção do Cerrado incorporada às fronteiras agrícolas modernas, através da *produção* agrícola e agroindustrial, em bases modernas e especializadas. Propomos uma discussão dos conceitos de *região competitiva e logística*, compreendidos como novas formas regionais inseridas no atual período da globalização e sua correspondente forma de circulação corporativa, identificando quais são os principais agentes envolvidos na produção de *commodities* agrícolas, sobretudo a AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia. O recorte espacial analisado abrange os municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, localizados no Oeste Baiano, por apresentarem maiores atributos de *competitividade* em relação aos outros municípios da região. Dessa forma, verificamos no trabalho a organização, o uso e a regulação do território através da análise do Oeste Baiano como *região competitiva*, além de considerar as demandas logísticas da produção e movimento de *commodities* (sobretudo soja, milho e algodão herbáceo) e suas implicações para o planejamento territorial, considerando a AIBA (Associações Setoriais) com um dos principais agentes participantes na produção de *commodities* agrícolas.

---

<sup>1</sup> Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas.

## 2 - INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a modernização da agricultura transformou o campo brasileiro. Essa modernização agrícola foi iniciada na segunda metade do século XX e pode ser dividida em duas fases: 1) a primeira corresponde às décadas de 1960 e 1970, quando as atividades do campo estavam diretamente relacionadas à acelerada urbanização e industrialização do país. Este período é caracterizado pelo forte papel do Estado na renovação da base técnica e produtiva e na consolidação dos Complexos Agroindustriais (Silva, 1998), por meio da emergência e expansão do crédito agrícola oficial, internalização da produção de bens de capital agrícola e início da expansão da fronteira agrícola em direção aos Cerrados, caracterizando aquilo que ficou conhecido como “modernização conservadora”; 2) na segunda fase, a partir de meados da década de 1980, o agronegócio no Brasil assume parâmetros produtivos condizentes com a competitividade dos mercados internacionais de *commodities*. Nesse aspecto, a logística se destaca como fator fundamental para o aumento de fluidez territorial e como diferencial para o escoamento de produtos agrícolas e agroindustriais no Brasil. Nesse período, o Estado se mantém como um dos principais agentes articuladores do processo modernizador do território, mas abre espaço para a atuação das grandes empresas agrícolas (*tradings* e agroindústrias) na matriz regulatória. Durante este período, destaca-se também a consolidação das fronteiras agrícolas e afirmação de sistemas logísticos e regiões competitivas vinculadas a algumas culturas (sobretudo soja, milho e algodão herbáceo) no Centro-Oeste e porções do Norte e Nordeste.

A expansão da agricultura intensiva em áreas de Cerrado, como no Oeste do estado da Bahia<sup>2</sup>, tem provocado alterações substantivas no uso e na organização do território brasileiro nas dimensões ambiental, urbana, fundiária e demográfica, bem como na logística. Os aspectos normativos são igualmente afetados e dizem respeito, sobretudo, ao planejamento dos investimentos públicos, privados e híbridos (por exemplo, concessões de serviços públicos de transportes a empresas privadas). Essas porções do Cerrado possuem como principais características a grande concentração fundiária, urbanização recente, grande distância em relação aos portos exportadores e ausência de

---

<sup>2</sup>Como exemplo das mudanças ocorridas na região, podemos citar a criação do município de Luís Eduardo Magalhães que representou a separação dos agroindustriais sulistas das oligarquias baianas centralizadas em Barreiras. Segundo Alves (2006), a nova situação possibilitou ao recém criado município de Luís Eduardo Magalhães controlar uma parcela considerável das terras agricultáveis da região, sendo que, em parte delas, havia a presença de projetos agropecuários modernos, sobretudo de produção de soja, algodão e café.

um sistema de transportes e de logística adequados ao movimento de *commodities* agrícolas. Além disso, verifica-se a presença de grandes empresas do agronegócio que assumem o controle de diversas etapas dos circuitos espaciais dos principais produtos. Com o intuito de conferir competitividade e fluidez à produção, os poderes públicos municipais, estaduais e federais, além de agentes setoriais vêm realizando nos últimos anos investimentos em infra-estruturas logísticas. Segundo Castillo (2008), a expansão e a consolidação de fronteiras agrícolas modernas em áreas do Cerrado, principalmente a partir dos anos 1980, sob um novo paradigma produtivo e regulatório, têm causado perturbações nas noções tradicionais de região e de rede no território brasileiro. Além disso, essa porção do território brasileiro possui menor densidade em sistemas logísticos se comparada às áreas agrícolas de ocupação mais antiga.

### **3 - OBJETIVO**

Empreender um estudo sobre a competitividade regional agrícola na microrregião do Oeste Baiano, considerando a *logística* territorial e o circuito espacial produtivo de *commodities* agrícolas, particularmente soja, milho e algodão.

### **4 - METODOLOGIA**

Na qualidade de instância da sociedade, sugerimos que o espaço geográfico se iguale e se articule à economia, à política, ao jurídico e à cultura como conjuntos de fatores, funções e valores que perfazem domínios ou esferas de condicionamento da produção e da reprodução social. Por força da divisão acadêmica do trabalho, algumas disciplinas acabam se encarregando de cada um desses domínios – daí a necessidade permanente de restituição dos estudos particulares ao todo ao qual pertencem, uma vez que “uma disciplina é uma parcela autônoma, mas não independente, do saber geral” (Santos, 2002).

Partindo do pressuposto de ser consenso entre os geógrafos que o objeto de sua disciplina é o espaço geográfico, o mesmo não se aplica ao seu conteúdo e ao seu alcance. Assim, compartilhamos da proposição de Isnard (1982), para quem, “contrariamente às outras criações da vida, a humanidade tentou libertar-se das coações do meio natural para organizar o espaço onde se desenrola a sua história. É esta análise do espaço que constitui o objeto da Geografia”.

Conceitualmente, o espaço geográfico deve ser pensado como um conjunto de formas materiais (naturais e artificiais, articuladas ou não) que impõe resistências, oferece abrigo, expõe ao perigo, separa, unifica etc., somado a um conjunto de permissões e proibições que regula a maneira como cada porção pode ser apropriada, transformada e usada (Castillo, 2008). No período histórico atual, o comportamento sistêmico das formas e das normas alcança todo o planeta, autorizando uma conceituação de espaço geográfico, tal como propõe Santos (2002,p.51):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.

Com isso, queremos dizer que o espaço geográfico é um híbrido (Santos, 2002) constituído pela combinação de coisas materiais (naturais e intencionais, ou seja, construídas social e historicamente) entre si e com as normas (sociais, políticas, jurídicas, econômicas, culturais) que regulam o uso, o acesso e a propriedade dessas coisas. A competitividade, um dado importante deste trabalho, deriva da articulação, em algumas frações do espaço, entre formas materiais (acessibilidade, infra-estruturas produtivas, de circulação, comunicação, energia elétrica, abastecimento de água, sistemas de armazenamento, terminais multimodais e outras categorias de instalações e equipamentos, mais ou menos especializados) e normas (benefícios fiscais, outros incentivos a partir de recursos públicos, acordos entre instituições de pesquisa e empresas etc.) que garantem elevados níveis de produtividade e de fluidez.

No território brasileiro, a expansão e a consolidação de fronteiras agrícolas modernas em áreas do Cerrado, principalmente a partir dos anos 1980 sob novo paradigma produtivo e regulatório, têm causado perturbações nas noções tradicionais de região e de rede.

Como descrito anteriormente, compartilhamos, assim, da proposta que considera os conceitos de *região competitiva*<sup>3</sup> e *logística*, compreendidos de forma indissociável, como as expressões geográficas, respectivamente, da *produção* obediente a parâmetros internacionais de qualidade e custos e da *circulação* corporativa (Castillo, 2008),

---

<sup>3</sup> Santos (2002, p.197) propõe a idéia de produtividade espacial: “Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer”.

objetivando dar conta da explicação da organização e do uso do território brasileiro no presente.

Quanto à idéia de logística, restringimos seu alcance temporal e espacial, empregando o termo para designar a manifestação hegemônica da circulação no período histórico atual, como ação exclusiva das empresas do circuito superior da economia (Santos, 1997).

A partir dessa proposta, objetivamos analisar o Oeste Baiano como região agrícola competitiva e delinear algumas implicações sócio-econômicas decorrentes dessa manifestação geográfica.

## **5 - RESULTADOS PRELIMINARES**

### **5.1 - Uma análise preliminar do Oeste Baiano**

A partir da década de 1980, segundo estudo da Superintendência de Planejamento Estratégico do Estado da Bahia (Bahia, 2001), a agricultura e a agroindústria modernas<sup>4</sup> chegam ao Estado, como decorrência da desconcentração espacial dessas atividades no Sul e Sudeste em direção ao Centro–Oeste do Brasil. Esse movimento tangenciou a área do Cerrado baiano e as áreas produtivas próximas ao Rio São Francisco (entorno de Barreiras e Juazeiro), incorporando assim novas atividades e etapas da cadeia de valor agregado na estrutura do PIB e influenciando decisivamente na modernização sentida na economia baiana na presente década.

Esta tendência foi relacionada principalmente à produção de grãos, aliada à agroindustrialização na região Centro–Oeste do Brasil, sendo este o fator que apresenta maiores possibilidades de rebatimentos diretos para a região Oeste da Bahia, no entorno de Barreiras (Bahia, 2001)<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>“A cultura de soja é a principal forma de penetração da produção agrícola moderna nos cerrados baianos (...). A soja estabelece novas bases para a integração da região à economia nacional e até internacional, introduzindo ao mesmo tempo, efeitos multiplicadores consideráveis sobre os setores de apoio à lavoura mecanizada de grãos: comércio de insumos, produção de calcário, serviços de assistências técnica e armazenagem, administração pública e outros.” (Santos Filho, pp.30, 1989).

<sup>5</sup>“Nesse sentido, chamar de ‘Novo’ Nordeste os cerrados tomados principalmente pela moderna agricultura da soja, do oeste da Bahia ao sul do Maranhão, é muito problemático. Primeiro, porque se refere à expansão geográfica (relativamente contínua, se considerarmos os cerrados goianos e mineiros) de um processo que teve início no Centro-Sul do país e que, nesse sentido, mais legitimaria a fragmentação do que a integração da região Nordeste tomada em termos de seus limites tradicionais. Segundo, porque se trata de uma dinâmica que, mesmo usufruindo da infra-estrutura (estradas, usinas de beneficiamento) e até de um mercado de bases regionais, volta-se basicamente para fora, às vezes integrando-se diretamente com mercado internacional (via “Corredor Norte de Exportação”, por exemplo)

A produção agrícola no Oeste Baiano apresenta uma razoável diversificação. Destaca-se a produção de frutas, principalmente em áreas irrigadas, feijão, café, sorgo, mandioca, cana-de-açúcar e arroz. No entanto, essas atividades agrícolas têm menor expressividade em comparação à produção de soja, milho e algodão herbáceo. A concentração da produção agrícola no Oeste Baiano pode ser explicada pela ocupação do espaço agrícola da região por essas culturas. Na Microrregião de Barreiras, 94,4% da área plantada e/ou destinada a colheitas são ocupadas por culturas de milho, soja e algodão herbáceo, segundo a Produção Agrícola Municipal (IBGE) no ano de 2007. Para Castillo (2008), a especialização regional produtiva, isto é, a reunião de fatores produtivos e de características particulares numa determinada porção do território (Elias, 2007), gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e regiões para um determinado tipo de produção. Diante da internacionalização dos mercados e das finanças (e também dos custos e parâmetros produtivos) e segundo os preceitos do pensamento único (Santos, 2000), a competitividade regional torna-se inevitável. No caso dos países periféricos, essa competitividade recai muito particularmente sobre a produção de *commodities* agrícolas (ou minerais).

Para este trabalho, utilizamos como recorte espacial os municípios de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério, pois além de apresentarem maior produtividade agrícola (principalmente nas culturas de soja, milho e algodão herbáceo), apresentam também outros atributos que lhes garantem competitividade. A Tabela 1 demonstra a participação da cultura de soja, milho e algodão herbáceo produzido nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério comparada ao total da produção no Brasil, Região Nordeste, Estado da Bahia e Microrregião de Barreiras:

---

e prescindindo da integração (pelo menos física) à própria economia do Centro-Sul.” (Haesbaert, pp.388-398, 1996).

**Tabela 1 - Participação de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério na Produção Agrícola de Algodão herbáceo, Soja e Milho no Brasil, Nordeste, Bahia e Microrregião de Barreiras em 2007 (%)**

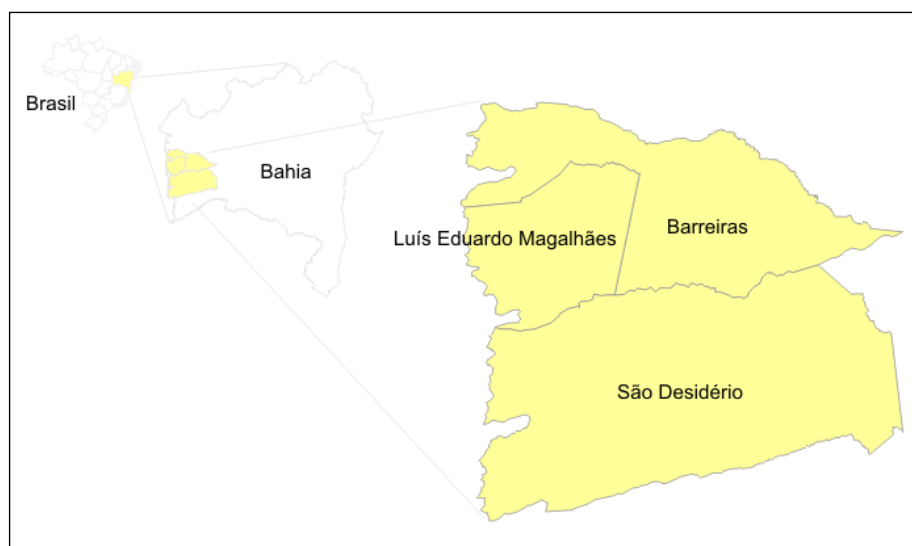
<b>Produto das Lavouras</b>	<b>Brasil</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Bahia</b>	<b>Microrregião Barreiras</b>
Algodão herbáceo (em caroço)	20,10	69,65	73,44	83,57
Soja (em grão)	2,45	36,33	61,81	74,88
Milho (em grão)	1,03	17,16	32,82	69,96

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2007.

Organizado pelo Autor

Além da produtividade agrícola, podemos destacar nesses municípios a presença de um comércio diversificado, além de uma infra-estrutura rodoviária que concentra em suas margens os principais investimentos industriais. Também se destaca nestas cidades a localização das principais sedes de empresas agrícolas, da indústria de fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos agrícolas, tendo-se como exemplo as empresas Cargill e Bunge, entre outras. Concentram-se na região ações de suporte e desenvolvimento marcado pela presença de escritórios da Empresa Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, Faculdades particulares e escritórios de fornecedores das indústrias sediadas nestes municípios, que fornecem técnicos e engenheiros para os serviços solicitados.

**Figura 1 – Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério**



Fonte: IBGE (Organizado pelo autor)

Esta porção do território pode ser considerada como uma *região competitiva*, já que se especializou no campo e na cidade e demandou investimentos agroindustriais (Espíndola, 2002), além de infra-estruturas e formas de organização logísticas (Castillo, 2008). Os agentes hegemônicos que atuam nesta região agrícola vêm demandando uma maior fluidez territorial (Arroyo, 2001) devida, principalmente: a) à grande distância dessas regiões em relação aos portos exportadores e b) às características da produção (*commodities* agrícolas), exigentes de uma logística capaz de armazenar, controlar e movimentar produtos de grande volume e baixo valor agregado (Castillo, 2006).

### **5.2 - Uma análise da AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia**

Segundo Castillo (2008), as densidades materiais e normativas desigualmente distribuídas no território conferem diferentes graus de competitividade às regiões e aos agentes produtivos que nelas atuam. Especificamente no Oeste Baiano, a atuação da AIBA – Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia evidencia ações de uma associação setorial objetivando a competitividade de sua região. Segundo informações disponibilizadas em seu site (<http://www.aiba.org.br>) e em entrevista realizada no dia 11/11/2009, a AIBA foi fundada em 1990 e é uma instituição sem fins lucrativos que trabalha para promover o agronegócio na Bahia, dentro dos princípios da sustentabilidade econômica, ambiental e social. Segundo dados disponibilizados pela associação, conta com 1,2 mil associados, dos mais variados segmentos do agronegócio na região, que juntos representam mais de 95% do total de 1,6 milhão de hectares cultivados no Oeste da Bahia.

A associação trabalha em todas as esferas do Poder Público e através de diversas parcerias com instituições privadas, para atender às demandas do setor produtivo, especialmente do seu associado. A AIBA é presidida pelo empresário do agronegócio Walter Yukio Horita, que tomou posse no início de 2009 no lugar de Humberto Santa Cruz, que deixou o cargo para assumir a Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães. Humberto Santa Cruz, também produtor local, foi presidente durante 18 anos, desde a fundação da empresa tendo Walter Yukio Horita como segundo presidente.

Para demonstrar a atuação da AIBA para a produção de *commodities* no Oeste Baiano, sistematicamente analisaremos as suas ações no ano de 2009. Segundo a associação foram realizados as seguintes ações:

- Participação das discussões da Regulamentação da Lei de defesa Sanitária;



- Protocolo de intenções do Plano Oeste Sustentável em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia;
- Ações de reflorestamento;
- Apresentação do Plano Oeste Sustentável em Brasília ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente);
- Discussão junto a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) sobre o Mercado do Milho no Estado da Bahia
- Negociação nas convenções coletivas dos trabalhadores do agronegócio;
- Estudos junto ao Governo Estadual de uma PPP (Parceria Público Privada) para a construção da RODOAGRO (Rodovia do Agronegócio);
- Realização do *Bahia Farm Show*;
- Discussão junto a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) sobre a classificação dos padrões do milho;
- Acordo de cooperação técnica do Plano Oeste Sustentável;
- Melhora no atendimento do Cartório de São Desidério;
- Participação na Audiência Pública sobre o código florestal;
- Encontro de Cafeicultores do Cerrado da Bahia.

Como descrito acima, a AIBA participa ativamente nas principais questões que referise ao agronegócio no Oeste Baiano. Em sua atuação podemos destacar a realização de eventos para a divulgação do Oeste Baiano, participações e intervenções como ações de reflorestamentos, discussão sobre reajuste salarial dos trabalhadores locais, doação de funcionários para o cartório local. Destacamos também as ações em normas como o Plano Oeste Sustentável, proposta para erradicar o passivo ambiental das propriedades da região. Finalmente registramos a atuação da AIBA na área de infraestrutura, como na Parceria Público Privada que está sendo estabelecida para a construção da Rodoagro, rodovia inserida na região que facilitaria a logística da produção de *commodities*. A logística é um dos principais problemas apresentados pela AIBA que dificulta o desenvolvimento do Oeste Baiano.

A atuação das associações setoriais não limita-se apenas a AIBA. Outras instituições também atuam na região promovendo a competitividade do Oeste Baiano, como a ABAPA (Associação Baiana dos Produtores de Algodão), Fundação BA (Fundação Bahia) e FUNDEAGRO (Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão).

Apenas ao término da pesquisa e com um maior número possível de fatores analisados poderemos afirmar o Oeste Baiano como uma *região competitiva* e poder compreender sua *logística* territorial. Porém, tomando como base dados da produção e uma análise das associações setoriais que fundamenta este trabalho, podemos fazer algumas considerações.

O Oeste Baiano apresenta uma significativa participação na produção agrícola brasileira (no caso do algodão herbáceo) e baiana (culturas de soja e milho). Procurando manter tal dinamismo, associações setoriais como a AIBA buscam implementar medidas e ações para modernizar ainda mais este porção do território brasileiro.

Este trabalho objetivou discutir sobre a participação das associações setoriais como um dos principais agentes na constituição de uma *região competitiva* e na *logística*, tendo como exemplo a atuação da AIBA no Oeste Baiano. Apesar de tal dinamismo, outras questões também devem ser debatidas, pois a especialização produtiva está diretamente relacionada à especialização da infraestrutura de movimentação e armazenagem, assim como dos investimentos realizados e das normas e leis instituídas<sup>6</sup>. Para Castillo (2007), vão sendo definidas as prioridades de investimentos em infraestruturas de acordo com interesses corporativos, disfarçados pelo discurso de um desenvolvimento econômico que, automaticamente, beneficiaria toda a população. Ainda segundo este autor, somos forçados a concordar com Araújo (2000) quando afirma que, de maneira muito sutil, o país caminha para uma desintegração competitiva e, sem nenhuma contradição, também devemos concordar com Ricupero (2000), quando sugere que a integração externa não precisa ser sinônimo de desintegração interna. Essa mesma idéia é defendida por Vainer (2007), quando afirma que “hoje, a desconstituição parece atualizar-se numa espécie de conformada aceitação da fragmentação territorial que consagra a acomodação subordinada às formas contemporâneas da globalização”.

## ***Referências***

ALVES, V. E. L. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio**. São Paulo: Universidade de São Paulo,

---

<sup>6</sup>“A regulação híbrida que caracteriza o atual uso do território brasileiro é marcada por um campo de forças que define investimentos em logística, envolvendo demandas corporativas e políticas públicas. Nesse sentido, parece cada vez mais importante reconhecer a interação entre três variáveis: 1) a (expansão e consolidação da) fronteira agrícola; 2) a emergência de regiões competitivas nessas áreas de fronteira; e 3) a predominância, no plano das idéias e também das ações, bem como nas políticas públicas e privadas, da logística” (Castillo, 2007).

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Tese de Doutorado, 2006.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica Regional Brasileira nos anos Noventa: Rumo à Desintegração Competitiva?. In: CASTRO I. E; MIRANDA, M.; EGLER, C. A. G., (org.). **Redescobrimo o Brasil.: 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

ARROYO, M. M. **Território Nacional e Mercado Externo. Uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Superintendência de Planejamento Estratégico. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. 109p.

CASTILLO, R. **Logística e consolidação de fronteiras agrícolas no território brasileiro: uma avaliação dos investimentos do governo federal em transportes de 1995 a 2005**. Projeto de pesquisa. Fapesp, processo 2006/58008-3.

CASTILLO, R. Redes de transporte e uso agrícola do território brasileiro: investimentos públicos e prioridades corporativas. **Anais**. XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: AGB, 2006.

CASTILLO, R. **Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada**. Revista da ANPEGE, v. 3, p. 33 - 43, 2007, pp.33-43.

CASTILLO, R. **Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual**. In: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2008, Santa Cruz do Sul RS. Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS : Unisc, 2008. v. 1.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: G. J. Marafon et al. (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2007.

ESPÍNDOLA, Carlos J. Os investimentos agroindustriais no Centro-Oeste brasileiro. **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba, nº 7, pp. 71-84, 2002.

GIORDANO, S. R. **Competitividade Regional e Globalização**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Tese de Doutorado, 1999.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p367 – 419.

ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Almedina, 1982.

RICUPERO, R.. **Integração externa, sinônimo de desintegração interna?** Estudos Avançados, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 13-22, set./dez.2000.

SANTOS, Milton. **Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações**

**espaciais.** Ciência Geográfica, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Bauru, Edição Especial, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS-FILHO, M. (coord). **O Processo de Urbanização no Oeste Baiano.** Recife, SUDENE – DPG. PSU – URB, 1989. 281p.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira,** 2ª ed.rev., Campinas: Unicamp / IE, 1998 (1996).

VAINER, C. B. **Fragmentação e Projeto Nacional: Desenvolvimento para o Planejamento Territorial.** XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, 2007.